POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS
SP INTERVENTION LTDA.

São Paulo, 2025.

1. OBJETIVO

Esta Política de Privacidade pretende esclarecer o compromisso da SPI em garantir a privacidade e proteção de dados pessoais.

2. DEFINIÇÕES

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

IX - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

X - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XI - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XIII - autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

3. PRINCÍPIOS

A disciplina da proteção de dados pessoais controlados ou tratados pela SPI ou operados por seus fornecedores deve tem como base os seguintes fundamentos:
I - o respeito à privacidade;
II - a autodeterminação informativa;
III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
V - o desenvolvimento econômico, tecnológico e a inovação;
VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

4. APLICAÇÃO

A presente política aplica-se aos sócios, diretores, empregados, colaboradores, bem como todos os profissionais ou terceiros que ajam em seu interesse ou benefício, todos aqui denominados "Colaboradores", que controlem ou operem dados pessoais de responsabilidade da SPI, devendo ser fielmente seguida e cumprida por todos.

Os profissionais da SPI assinarão um termo de recebimento comprovando ter ciência e conhecimento da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, ratificando que apenas as pessoas qualificadas e autorizadas têm permissão para acessar as informações coletadas pela SPI, sob pena de sofrerem sanção disciplinar em caso de comprovação de violação das normas aqui previstas.

5. ENCARREGADO DE DADOS

A SPI deverá indicar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador.

As atividades do encarregado consistem em:
I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

5.1 CONTATO DO ENCARREGADO DE DADOS

Nome: Aline Cristina da Silva Rodrigues
Telefone: (11) 3052-3608
E-mail: dpo@brhommed.com.br

6. MAPEAMENTO DE DADOS

A SPI pode coletar “Informações pessoais” e “Informações não pessoais” sobre os seus CLIENTES, COLABORADORES OU TERCEIROS. Em função disso, deverá realizar periodicamente mapeamento, inventário e classificação de dados para identificar os dados sensíveis ou não, que estão em seu controle. Nesse processo serão mapeados também os titulares e os seus direitos, que precisam ser observados pela SPI.

Deverá ser mapeado também quais dados controlados pela SPI são sensíveis e as exigências legais para seu tratamento. Sempre que houver exigência legal, os dados somente serão tratados, caso os titulares de dados tiverem lido e ratificado que leram e aceitaram a Política de Privacidade e Proteção de Dados, autorizando expressamente a SPI a coletar e efetuar o tratamento dos dados em questão na forma descrita neste instrumento. Nesse cenário deverão ser mapeadas também as circunstâncias em que os dados poderão ser tratados de forma somente anonimizada.

As informações pessoais são aquelas individualmente identificáveis e permitem identificar um indivíduo, incluindo, mas não se limitando, ao seu nome, endereço fixo ou de e-mail, qualificação pessoal, número de inscrição no CPF ou CNPJ, número de RG, número de telefone, demais dados de contato, dados de cobrança ou quaisquer outros dados que possam ser suficientes para serem vinculados a essas informações.

Podem ser coletadas, ainda, informações não pessoais sempre que houver interação com o site ou softwares geridos ou em computadores da SPI. Essas informações incluem, mas não se restringem a endereços IP, detalhes do navegador, registros de data e hora e páginas de referência. Nenhuma dessas informações poderá identificar pessoalmente os VISITANTES e USUÁRIOS. Devendo ser mapeado também se há informações rastreadas para fins de administração e manutenção de rotina de sites e softwares da SPI.

7. FINALIDADE DA COLETADA DE DADOS

A SPI está comprometida em garantir a proteção de seus direitos sob as leis aplicáveis, desta forma, sempre que houver a coleta das informações deverá ser identificada a necessidade e a finalidade desses dados. Uma vez que definida essa finalidade sempre será necessária a

identificação da base legal pela qual aquele dado será tratado ou então a obtenção do consentimento, expresso dos titulares de dados para essa finalidade específica. Em hipótese nenhuma será permitido uso desses dados para finalidade diversa da base legal estabelecida ou daquela para a qual foi dado consentimento, e ainda quando exigido pela lei aplicável, a SPI buscará tal consentimento prévio.
No que tange aos dados recebidos de controladores, para a execução das atividades relacionadas a sua operação principal, a SPI criou uma série de medidas para a garantia do tratamento dos dados tão somente para a finalidade específica acordada com seus clientes. Limitando o acesso, por meio de login e senha, aos dados pessoais somente para funcionários diretamente envolvidos na finalidade estabelecida e usando a criptografia para a anonimização dos dados a fim de inviabilizar qualquer utilização dos dados para finalidades diversas da inicialmente estabelecida.

8. INFORMAÇÕES DE ACESSO

Caso o site da SPI receba e armazene as informações dos seus VISITANTES e USUÁRIOS, automaticamente em seus servidores de Informação de Acesso dos VISITANTES e USUÁRIOS, mediante a utilização de cookies, tal processo deverá ser informado e autorizado pelos titulares de dados.

Cookies tecnicamente são pequenos arquivos de texto enviados e guardados no computador de VISITANTES e USUÁRIOS, que servem para reconhecer, acompanhar e armazenar seu histórico de ações dentro do Website da SPI. Tem como finalidade identificar o computador de VISITANTES e USUÁRIOS, personalizar os acessos e obter dados de navegação, como páginas visitadas ou links clicados. De acordo com esta Política de Privacidade e Proteção de Dados ao acessar o site os VISITANTES e USUÁRIOS deverão autorizar o recolhimento e uso de suas informações de atividades dos dispositivos que estiverem acessando.

A SPI deverá verificar se o site:
1) acompanha as informações fornecidas pelo navegador de VISITANTES e USUÁRIOS quando esses acessarem o Website da SPI, como: a página de internet de onde o USUÁRIO ou VISITANTE está acessando (conhecido como "URL de referência"); o tipo de navegador utilizado; o dispositivo a partir do qual o VISITANTE ou USUÁRIO se conectou ao Website da SPI; a hora e a data de acesso e outras informações que não o identifiquem pessoalmente. Essas informações são usadas para, entre outras coisas, manter a qualidade dos produtos e serviços prestados.

2) rastreia essas informações usando cookies que são enviados para o navegador de um VISITANTE ou USUÁRIO e são armazenados no disco rígido do computador destes. Enviar um

cookie para o navegador de um VISITANTE e USUÁRIO permitirá à SPI manter um registro das preferências dos VISITANTES e USUÁRIOS ao acessar o Website da SPI ou adquirir alguma de suas licenças de acesso.

3) utiliza cookies persistentes e de sessão. Assim, os cookies persistentes permanecem no computador mesmo após o VISITANTE ou USUÁRIO fechar a sessão e até que estes os excluam, enquanto que os cookies de sessão expiram quando o VISITANTE ou USUÁRIO fecha o navegador. Os cookies persistentes podem ser removidos seguindo as instruções do arquivo de ajuda do navegador da Internet. Se o VISITANTE ou USUÁRIO optar por desativar os cookies, os formulários do Website da SPI não serão preenchidos automaticamente.
Em todos os casos havendo coleta, esta deverá ser precedida pelo consentimento expresso do titular dos dados.

9. PROTEÇÃO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

A SPI está engajada em manter a privacidade das informações pessoais e informações de acesso armazenadas em seus servidores, comprometendo-se a utilizar tecnologia suficiente e adequada para a proteção de tais dados, de forma a manter o ambiente seguro, com uso de ferramentas apropriadas e controles eficientes de segurança das informações coletadas, sempre observando o estado da técnica disponível, em conformidade com esta política, com as melhores práticas internacionais de privacidade e proteção de dados, e ainda, com a Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

10. DO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES

A SPI não venderá, alugará ou compartilhará as informações pessoais, exceto nos casos previstos em lei.

Em virtude de ordens judiciais ou disposições legais, a SPI pode ser compelida a revelar informação às autoridades competentes ou a terceiros sob certas circunstâncias. Nessas hipóteses, a SPI deverá disponibilizar termo, em que dará ciência e solicitará autorização para divulgação das informações solicitadas, ficando assim, absolutamente eximida de qualquer responsabilidade pelas informações que eventualmente sejam reveladas.

11. RETENÇÃO DE DADOS

A SPI deverá inventariar o prazo de guarda das informações pessoais e não pessoais sob seu controle, identificando quando pode ou deve continuar a reter as informações pessoais, conforme se revele necessário ao cumprimento de alguma obrigação legal ou regulatória que a SPI esteja sujeita, ou ainda, para efeitos de exercício de algum direito da SPI em um processo

judicial ou extrajudicial, ou ainda nas hipóteses mencionadas pelo art. 16 da Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018.

12. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

Os titulares que mantenham dados sob controle da SPI podem:

a) exigir que qualquer informação destinada ao público ou ao titular dos dados seja concisa, de fácil acesso e compreensão, formulada em uma linguagem clara e simples;

b) obter da SPI, a qualquer tempo e mediante requisição por escrito, a confirmação da existência de tratamento de dados pessoais de sua titularidade;

c) acessar as informações pessoais que estão sob poder da SPI, ou que foram por ela tratadas, e esta irá disponibilizá-las na forma disposta no art. 9o da Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018;

d) solicitar, a qualquer momento, a retificação das informações pessoais que se encontrarem desatualizadas, inexatas, bem como a complementação de quaisquer informações que não esteja completa;

e) solicitar, na forma da Lei, a anonimização dos dados coletados e tratados pela SPI;

f) requerer a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço, mediante requisição expressa e observados os segredos comerciais e industriais da SPI e quaisquer outras disposições previstas em Lei;

g) solicitar o bloqueio ou a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei, ou com o disposto na presente Política de Privacidade e Proteção de Dados;

h) solicitar a eliminação de dados tratados com o seu consentimento, mediante pedido de revogação do consentimento, conforme disposto no § 5o do art. 8o da Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da mesma lei;

i) obter informação das entidades públicas e privadas com as quais a SPI realizou uso compartilhado de seus dados;

j) obter informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento ao tratamento dos dados eventualmente solicitados pela SPI e sobre as consequências da negativa; e,

k) impedir a SPI de entrar em contato para fins de marketing.

Nas hipóteses descritas às alíneas “d”, “e”, “g” e “h”, a SPI deverá informar de maneira imediata aos agentes de tratamento, com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados, a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento.

Os titulares de dados terão direito a solicitar a restrição do tratamento das suas informações, nas seguintes hipóteses:

1) em caso de contestação da exatidão das informações, o tratamento pode ser limitado durante um período que permita à SPI verificar sua exatidão;
2) quando o tratamento for ilícito e os titulares não quiserem apagar seus dados, mas apenas limitá-los;
3) se os dados não forem mais necessários à SPI, mas necessários ao titular para fins extrajudiciais ou judiciais;
4) se os titulares tiverem apresentado oposição ao tratamento e não exista um interesse legítimo que prevaleça.

Os titulares têm direito de se opor por motivos relacionados com a sua situação particular, quando o tratamento se baseie no interesse legítimo da pessoa responsável, ou ainda, quando o tratamento seja realizado para fins diversos daquele pelos quais foram recolhidos.

Uma vez que os titulares tenham fornecido suas informações pessoais, eles precisam ter acesso a elas para que possam alterá-las ou deletá-las.

12.1 DO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS TITULARES DE DADOS

Para viabilizar o exercício de todos os direitos dos titulares de dados a SPI disponibilizou uma canal de comunicação em seu site, com o objetivo de recepcionar todas as demandas desta natureza, qual seja: **https://www.spi.med.br/privacidade-e-seguranca/**.

Todas as solicitações serão recepcionadas pelo encarregado de dados, que responderá as demandas imediatamente de forma simplificada e terá o prazo de até 15 dias para atendimento completo da solicitação do titular de dados. Caso entenda necessário, o encarregado de dados poderá acionar o Comitê de Privacidade para auxiliar no atendimento da demanda do titular de dados.

13. COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO

A SPI, promoverá treinamento sobre a presente Política visando a aplicabilidade e adoção de suas regras, procedimentos, valores e práticas. Todos(as) os(as) colaboradores(as) devem comparecer ao treinamento, periodicamente, assinando, ao final do treinamento o termo de compromisso em que declaram estar cientes, ter conhecimento e concordar com as regras contidas na Política de Privacidade e Proteção de Dados da SPI.

A SPI promoverá também, avaliações periódicas com a finalidade de monitorar a efetividade dos controles de privacidade e proteção de dados.

14. INOBSERVÂNCIA DA POLÍTICA

É de responsabilidade de cada Colaborador notificar imediatamente o **Comitê de Ética e de *Compliance***, sobre quaisquer situações contrárias ou potencialmente contrárias aos princípios éticos, ou que sejam ilegais, irregulares ou duvidosas, ficando garantido o sigilo quanto à fonte de informação. A comunicação dos relatos deve ser realizada por meio do canal de denúncias em ferramenta disponível no seguinte link: **https://spi.esenisolucoes.com.br/realizar-denuncia**.

15. DO EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA

É assegurado ao colaborador denunciado o exercício da ampla defesa, utilizando, para tanto, todos os meios de provas admitidos.

16. GARANTIAS DOS DENUNCIANTES

São assegurados aos colaboradores que comunicarem eventuais violações:
- Sigilo e confidencialidade na apuração dos fatos denunciados.
- Proteção contra qualquer tipo de retaliações, de acordo com o Código de Ética e de Conduta da SPI.

17. SANÇÕES DISCIPLINARES

Serão aplicadas sanções disciplinares quando detectada violações a presente política, determinadas pelo Comitê de Ética e de Compliance, que poderão resultar em carta de advertência ou até mesmo encerramento do contrato de trabalho, e processos judiciais cíveis e/ou criminais em caso de violação de lei.

18. MODIFICAÇÕES DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados está sujeita a constante melhoria e aprimoramento para garantir mais transparência e segurança aos titulares de dados.

TERMO DE COMPROMISSO:

Assumo o compromisso de seguir e divulgar esta política de privacidade e proteção de dados, e agir de forma que sirva de exemplo aos demais funcionários da empresa.
Declaro ter recebido e estar ciente e concordo com as regras contidas nesta política, instrumento que passa a fazer parte integrante do meu contrato de trabalho.

_____/ ____/____/_____.

_____

Nome:

Cargo:

A) Histórico de Revisão do Documento

Revisão	Histórico	Data
01	Emissão inicial	23/01/2020
02	Inclusão do canal de comunicação dos titulares de dados	01/10/2020
03	Inclusão dos dados do encarregado de dados	11/07/2025

B) Aprovadores

Área	Nome	Cargo
Diretoria Executiva	Candida Bollis	Diretora Executiva
Diretoria Executiva	Giuliano Sant'Anna	Diretor Executivo
Tecnologia da Informação	Heber A. de Faria	Diretor Gestão e Tecnologia
Compliance	Aline C. S. Rodrigues	Gerente Jurídica